



O conceito de política no período antigo e medieval: Maquiavel e Aristóteles como bases epistemológicas da política contemporânea

Jefferson Evaristo¹

Resumo: Mostramos em texto anterior (EVARISTO, 2018) como na história humana o conceito de política foi um dos mais profícuos objetos/campos de investigação, com variações, nuances, significações e ressignificações várias. Dentro do domínio das ciências humanas e sociais, notadamente na Filosofia, Teologia, Psicologia e Direito – e, aqui, nos Estudos Linguísticos, área que motivou o presente texto – é área com vasta produção, sendo marcada em praticamente todos os dicionários técnicos da área de Filosofia. Em nosso texto, buscamos apresentar o cenário aristotélico e maquiavélico da fundação da política moderna, indicando como, de maneira geral, os autores contemporâneos replicam e retomam as noções desses dois autores, um antigo e outro medieval, para fundamentar suas proposições.

Palavras-chave: Política; Maquiavel; Aristóteles

Abstract: We have shown in a previous text (EVARISTO, 2018) how in human history the concept of politics was one of the most fruitful objects/fields of investigation, with variations, nuances, meanings and various reframings. Within the domain of human and social sciences, notably in Philosophy, Theology, Psychology and Law - and, here, in Linguistic Studies, the area that motivated the present text - it is an area with vast production, being marked in practically all technical dictionaries of the area of Philosophy. In our text, we seek to present the Aristotelian and Machiavellian scenario of the foundation of modern politics, indicating how, in general, contemporary authors replicate and retake the notions of these two authors, one ancient and the other medieval, to support their propositions.

Keywords: Politics; Machiavelli; Aristotle

¹ Doutorando em Letras Neolatinas pela UFRJ e em Língua Portuguesa pela UERJ. Mestre em Letras Neolatinas. Especialista em Tradução em Língua Italiana pela UERJ. Bacharel e licenciado em Letras Português – Italiano. Professor no Instituto Federal Fluminense.

<http://lattes.cnpq.br/7711892450310178>

<https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>

E-mail: jeffersonpn@yahoo.com.br





Introdução

Um conceito não é algo que se cria *ex novo*, mas uma maneira de os homens, em suas ações no tempo, resolverem problemas que se lhes colocam. Conceituar é operar de maneira factível com um problema ou necessidade que a própria realidade impõe. Em nosso doutoramento, debruçamo-nos acerca do conceito de políticas linguísticas, chegando de maneira invariável a uma questão: o que seriam as políticas linguísticas? Pareceu-nos mister ter de retornar ao conceito de política para verificar o seu entendimento no decorrer dos séculos. Como resultado daquela indagação doutoral, o presente texto pôde vir à luz, segunda contribuição ao tema investigado.

Na primeira oportunidade (Evaristo, 2018) em que nós nos debruçamos sobre o tema, pudemos analisar a pertinência do conceito de política a partir da aproximação entre Aristóteles e Agostinho, mostrando o caminho que conduzia de um – política da pólis e do bem comum – a outro – política da Cidade de Deus, com esta terra sendo somente passagem à outra. Por não termos a condição de retornarmos a todo o argumento para iniciarmos a presente discussão, orientamos aos leitores que se remetam ao texto anterior, ponto de onde partiremos aqui.

A seguir, será feita uma discussão acerca do conceito de política em si, buscando identificá-lo a partir de alguns de seus autores mais célebres do período medieval.

O conceito de política em Maquiavel – ou “Da política realista e utilitarista”

No século XV, a Itália passava por relativa crise. Fragmentada em diferentes reinos, sem unidade política, administrativa e econômica, sofria ainda com constantes invasões territoriais, principalmente da Espanha e da França. É nesse contexto dividido, de intensos conflitos, que nasce Maquiavel, um intelectual, diplomata e político. Acostumado à discussão sobre o exercício da política – discussão essa, ainda, marcada pela perspectiva religiosa medieval –, enxergava nela uma realidade não contemplada pelos teóricos que o antecederam. Dirá:

[..] sendo minha intenção escrever algo útil para quem vai utilizá-lo, parece-me mais apropriado ir em busca da verdade extraída dos fatos e não da imaginação. Pois muitos escreveram sobre repúblicas e principados que jamais existiram, porque o modo como se vive é tão





distante de como se deve viver que aquele que negligencia o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o da sua preservação (MAQUIAVEL, 2011, p. 121).

O trecho retrata com fidelidade a perspectiva de Maquiavel de criar uma filosofia política que fosse única, inovadora, diferente das propostas de então. Era uma subversão da ordem medieval anterior, motivo pelo qual creditam a Maquiavel a origem da ciência política. Se Aristóteles conjugava a política à moral, Maquiavel separará as duas de maneira irreversível. Se os filósofos católicos medievais, à exemplo de Agostinho de Hipona, conjugavam política à religião, ele igualmente as separará.

Como decorrência da fragmentação italiana, Maquiavel percebia que a política – e a arte de governar como um todo – só poderia ser exercida com astúcia, força e ações diretas que, por vezes, seriam “moralmente questionáveis”. No exercício da política, estavam implicadas as atitudes próprias para manter coesa – sob o domínio de um mesmo monarca – a população, bem como protegido todo o território. Em sua obra mais famosa, *O Príncipe* (2011), o autor expõe ao príncipe Lourenço de Médici suas reflexões acerca de como a política – e o poder – deveriam ser exercidos, num verdadeiro “manual de conduta” para o governo de Médici. Na obra, afirma que “ousa discorrer sobre normas de governo e interesses dos príncipes” (MAQUIAVEL, 2011, p. 14), acrescentando que “para bem conhecer o caráter do povo é preciso ser príncipe e, para bem entender o do príncipe, é preciso ser povo” (*ibidem*). Como político e diplomata, Maquiavel conhecia bem os meandros do poder na Itália, ao passo em que era, ainda assim, parte do povo. Mais do que isso, afirmava possuir ciência das ações dos grandes homens, conhecimento adquirido “por força de longa experiência nos negócios modernos e de contínuo estudo da antiguidade” (*ibid*, p. 13), motivo pelo qual ele poderia “sugerir” ao príncipe uma determinada conduta que o mantivesse no poder.

Por sua visão de política real – em detrimento de uma política ideal –, a posição de Maquiavel é tida como sendo utilitarista, de caráter primordialmente prático. O conceito de política desenvolvido por Maquiavel será importante também porque, pela primeira vez, a noção explícita de poder será associada ao conceito original grego para o termo. Sai de cena a “arte de governar” para entrar em cena a “forma de exercer o poder”. Nas palavras do próprio autor, “é necessário para um príncipe² que deseja manter o que é

² Em outras palavras, para “aquele que governa”.





seu, saber como fazer o mal, e fazê-lo ou não de acordo com a necessidade” (MAQUIAVEL, 2011, p. 121).

E ainda o príncipe não precisa se sentir mal devido ao que as pessoas falarão sobre esses vícios, sem os quais o estado só poderá ser salvo com dificuldade, pois, se tudo for considerado, se verá que algo que pode parecer uma virtude, se praticada, seria a sua ruína, e alguma outra coisa que tenha a aparência de vício, se praticada, poderá lhe trazer segurança e prosperidade. (*ibid*, p. 122)

| 4

Ou seja: ao exercício da política estariam liberados o recurso ao poder e à força, de modo a manter no governo aquele que exerce a liderança. Para ele, a moral não deve ser tomada como norte para a orientação das ações políticas, devendo as situações específicas serem tratadas de maneira contextual, de modo que a ação política seja o reflexo não de um desejo puramente individualizado, mas de uma finalidade última que permita a própria sobrevivência da organização política como um todo. A conhecida frase maquiavélica de que os fins justificam os meios deve ser entendida, portanto, nesse contexto de entendimento das forças políticas existentes e de como alterar essas forças em favorecimento próprio ou de causas próprias, objetivando um fim específico a ser atingido através de riscos calculados e premeditados.

Portanto, Maquiavel ganhará importância pela análise que faz da relação entre poder e política, a partir da forma como esta, para ser exercida, precisa recorrer àquele. O conflito, inerente à política, seria então uma oportunidade de exercício político, momento em que o bom governante poderia reafirmar-se e, com isso, reafirmar a própria instância de sua governança.

Após Maquiavel, já na era moderna, as definições para política foram assumindo outras formas, mais ou menos ordenadas ao mesmo sentido de retirar da figura do monarca – ou dos indivíduos tomados particularmente – o exercício do poder. Após o século XVI, especificamente com os contratualistas, a política ganharia contornos novos que não lhe permitiriam retornar aos anteriores.





Outras conceituações para política – ou “Da miríade de definições”

Muitos outros autores contribuíram para o longo debate sobre o conceito de política. Embora eles aqui não sejam todos exaustivamente apresentados, cada qual a seu modo contribuiu para o desenvolvimento epistemológico do conceito, motivo pelo qual os indicaremos. A ação, ainda, exemplifica a afirmação inicial de que política seja um conceito amplamente discutido, constantemente revisitado e historicamente ressignificado.

Thomas Hobbes, por exemplo, discutia a política na perspectiva de ela ser “um pacto coletivo – um contrato –, com base no qual os indivíduos convivem” (GALLO, 2014, p. 197). À política, portanto, caberia ditar as regras e normas – as leis – para que a convivência pudesse se dar, organizando a sociedade. Com ele, inicia-se a chamada política contratualista, seguida por outros filósofos.

De maneira semelhante, Locke defendia a posição de que “todo o poder vem do povo” (*ibid*, p. 200), com o exercício político sendo uma primazia não dos reis absolutistas ou de uma nobreza, mas do próprio povo organizado segundo a lei natural da razão, que já daria as bases para a elaboração das leis que regeriam a estrutura social e os homens.

Montesquieu, por sua vez, levará o poder popular a outro patamar, instituindo a separação dos poderes como hoje se conhece, a partir de três instâncias: “o poder legislativo (que elabora as leis), executivo (que as coloca em prática) e judiciário (que arbitra a prática das leis, para evitar a concentração de poder em uma única pessoa ou grupo” (*ibid*, p. 202), sendo essa divisão tripartite adotada por praticamente todos os países ocidentais e por alguns orientais.

Por fim, Rousseau acrescenta à discussão contratualista uma pergunta: “como estabelecer um pacto social que seja garantia da liberdade, e não escravização dos indivíduos?” (*ibidem*). Dito de outra forma, como garantir uma prática política em que o povo não subjugu o próprio povo? Para ele, a política seria a origem de uma verdadeira desigualdade entre os homens, posto que, invariavelmente, alguns exerceriam o poder sobre outros.

Já no século XIX, ganharão destaque as discussões políticas de cunho marxista, notadamente a partir de Karl Marx – de onde deriva o termo marxista – e Engels. Com uma visão política de caráter materialista e socialmente contextualizado, Marx afirma que “é a história da produção social dos homens que determina a estrutura do Estado” (*ibid*,





p. 206), sendo a política uma aplicação das condições de produção e sociabilidade dos homens em seu tempo, da forma como naquele momento eles se organizam, estando a história direcionada para uma “passagem” de governo e poder das classes aristocráticas para o povo, desde que este se unisse.

A discussão contemporânea nos dicionários especializados

Contemporaneamente, definir o conceito de política seria uma tarefa bastante complexa, evitada inclusive pelos filósofos. Estando os filósofos e autores filiados a perspectivas inúmeras, suas definições – eles defendem – estarão imbricadas de suas posições teóricas, sendo uma definição consensual uma tarefa quase impossível. Como conciliar as definições de política para Žižek, Arendt, Peterson, Scruton, Olavo de Carvalho, Marilena Chauí ou Marcondes? Isso para citar uma lista muitíssimo pequena de filósofos dos séculos XX e XXI.

Buscando contornar o problema e tendo em vista que o objetivo desta pesquisa não é estabelecer uma discussão filosófica sobre o conceito de política – embora essa discussão seja necessária para o entendimento do conceito de políticas linguísticas –, mas traçar delineamentos que sejam úteis à investigação, optou-se por observar dicionários temáticos que trazem a definição de política.

O primeiro deles, de Japiassú e Marcondes (2001, p. 152-153) indica que a política é “tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos e ao governo da cidade, aos negócios públicos [e que envolve] a relação entre os cidadãos e a sociedade[, bem como] as formas de poder e as condições em que este se exerce, os sistemas de governo, e a natureza, a validade e a justificação das decisões políticas”.

Ou seja: a definição de Japiassú e Marcondes é muito próxima daquela apresentada por Aristóteles em seu *Política* (2009) e versa, fundamentalmente, sobre as relações de gestão de uma *pólis*, de uma cidade/estado-nação. Talvez, se se considera apenas a relação exposta por “formas de poder e as condições em que este se exerce”, seria possível recordar das observações de Maquiavel. Outras comparações com autores mais antigos, entretanto, ficariam fragilizadas.

Abbagnano (2007) escreveu aquele que em português é um dos dicionários mais importantes da área: o Dicionário de Filosofia, publicado pela editora Martins Fontes e com organização do renomado Alfredo Bosi. Uma pesquisa no Google Scholar, importante repositório de trabalhos científicos e revistas especializadas, indica que a entrada “Abbagnano” possui 13.600 resultados de textos escritos por ou que citam o autor





italiano. É, indiscutivelmente, um nome de destaque e expressão em sua área de pesquisas.

Abbagnano apresenta uma extensa definição para o conceito de política. Resumidamente, indica que sob o “guarda-chuva” de política, há o entendimento de quatro sentidos: “com esse nome foram designadas várias coisas, mais precisamente: 1ª a doutrina do direito e da moral; 2ª a teoria do Estado; 3ª a arte ou a ciência do governo; 4ª o estudo dos comportamentos intersubjetivos” (ABBAGNANO, 2007, p. 785). Logo na sequência, o autor pontua cada uma das quatro formas de compreender a política, recorrendo frequentemente a Aristóteles e, menos frequentemente, a Maquiavel e Hegel. Também para o filósofo italiano, Aristóteles representa em essência a chave de entendimento para a política.

Bobbio é outro filósofo de destaque internacional e reconhecimento unânime que escreveu um dicionário. Para ele, política é um conceito

[...] derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade (BOBBIO et al, 1998, p. 964).

Outra vez uma definição que se assemelha mais à forma como Aristóteles entendia a política. Outra vez uma definição que não se assemelha à forma como as políticas linguísticas são abordadas.

Branquinho, Murcho e Gomes (2005) escrevem a Enciclopédia de termos lógico-filosóficos, mas não abordam o conceito. Trata-se da ausência de um termo fundamental para a área. Uma ausência similar será sentida, mais à frente de nossa discussão, quando os dicionários de linguística não incluírem o verbete política linguística.

Assim, seria possível resumir os autores citados da seguinte forma





Principais definições de política	
Maquiavel	Forma de organização e comando enquanto instância de força, exercício de poder, influência e domínio.
Hobbes	Um pacto coletivo – um contrato –, com base no qual os indivíduos convivem.
Locke	Elaboração das leis que regeriam a estrutura social e os homens.
Montesquieu	Exercício de poder pelo povo, devendo ser tripartite.
Rousseau	Estratégia para subjugar o povo e dominá-lo.
Marx	Aplicação das condições de produção e sociabilidade dos homens em seu tempo.
Japiassú e Marcondes	Tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos e ao governo da cidade, aos negócios públicos e que envolve a relação entre os cidadãos e a sociedade, bem como as formas de poder e as condições em que este se exerce, os sistemas de governo, e a natureza, a validade e a justificação das decisões políticas.
Nicola Abbagnano	1ª a doutrina do direito e da moral; 2ª a teoria do Estado; 3ª a arte ou a ciência do governo; 4ª o estudo dos comportamentos intersubjetivos”
Bobbio	Tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social. Dispõe ainda sobre as várias formas de governo.

8

Tabela 1 - Resumo expositivo dos pensadores sobre o conceito de política

(Fonte: autor)

A partir das definições de política apresentadas, é possível compreender o panorama em que o conceito se desenvolveu. Múltiplo, multifacetado, reflexo das épocas e dos homens que o discutiram, o termo chega aos estudos linguísticos relativamente desgastado, reflexo de todas as mudanças e nuances que comportou em si.

Considerações finais

Pelo exposto anteriormente, pudemos verificar que o conceito de *Política* é absolutamente fluído, variando de maneira significativa entre os autores que o definem – quando o definem, como vimos.

Entretanto, de maneira indelével, a contribuição aristotélica pode ser vista ainda hoje em praticamente todas as grandes obras sobre o tema, notadamente dicionários de filosofia. Ou seja: embora a ciência política atual seja creditada como tendo de início Maquiavel e seu célebre *O Príncipe*, tal obra não é a mais representativa quando do confronto entre perspectivas para o conceito de *Política*, restando em Aristóteles a primazia da influência nos autores atuais.





Referências

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGOSTINHO, Santo. A cidade de Deus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
Disponível em <https://bit.ly/2xgpgMz> - acesso em 23/05/2018 às 16h42

ARISTÓTELES. A política. Bauru/SP: Edipro, 2009

BOBBIO, Norberto. Et al. Dicionário de política. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson Gonçalves. Enciclopédia de termos lógico-filosóficos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010

GALLO, Silvio. Filosofia: experiência do pensamento. São Paulo: Scipione, 2014.

GRACIOSO, Joel. Santo Agostinho: doctor gratiae? In: Pedro Gilberto da Silva Leite Jr.; Lucas Duarte da Silva. (Org.). Santo Agostinho: Reflexões e Estudos. 1ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2014, v., p. 115-136

_____. A dimensão teleológica e ordenada do agir humano em Santo Agostinho. Trans/Form/Ação (UNESP. Marília. Impresso), v. 35, p. 11-30, 2012

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Hunter Books, 2011

ROSSI, Miguel Ángel. Palavra e Política em Aristóteles: uma discussão com Platão e os sofistas. Prometeus: Revista do Mestrado em Filosofia da UFS, v. 8, ano 8, nº 17. 2015

